

**O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL:  
SOBRE O “NOVO” ECDU**

Catarina Casanova (Profa. Associada)

**ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa**

## I. Contexto do *novo* ECDU:

→ Ofensivas lançadas nas últimas décadas contra o *Ensino Superior Público* (ESP):

- Progressivo e gradual **desinvestimento e desresponsabilização** do Estado no Ensino (**sub-financiamento crónico**);
- Introdução do sistema de **propinas**: desde o *melhoramento da qualidade do ensino* à fixação das propinas pelas universidades: **para entrar na universidade é preciso ter “notas”.....na carteira;**
- Autonomia universitária (1988) nunca totalmente concretizada e progressivamente mais espartilhada;
- A destruição dos laboratórios do Estado e a destruição da carreira de investigação equiparada;

## I. Contexto do *novo* ECDU:

→ Ofensivas lançadas nas últimas décadas contra o *Ensino Superior Público* (ESP):

- ***Bolonha*** e a **desvalorização de cursos e licenciados** (mais um corte do Estado no financiamento) aumentando a mercantilização do Ensino Superior e materializando os objectivos neo-liberais na educação (**semi-privatização de 2º e 3º ciclos**);

**Afastamento mais acentuado do conceito de *formação integral do indivíduo* como definido por Bento de Jesus Caraça;**

- O RJIES e o **fim da gestão democrática** nas escolas: a *nova* composição dos órgãos de gestão;

## I. Contexto do *novo* ECDU:

→ Ofensivas lançadas nas últimas décadas contra o *Ensino Superior Público* (ESP):

- O **RJIES** e a abertura à “**privatização**” com as **soluções fundacionais**, umbilicalmente ligadas aos **interesses privados**, mantendo as instituições descapitalizadas, e sem qualquer garantia de financiamento estatal;
- Uma **Acção Social** cada vez mais inexistente, etc, etc.

## II. O *novo* ECDU:

→ O *novo* ECDU:

- **Desregula a profissão dos docentes universitários**: o que anteriormente era garantido pelo ECDU e **universal** para todos os docentes/investigadores (independentemente da instituição onde este leccionassem/investigassem), passa a estar dependente de critérios que são fruto das vontades de cada instituição e que por isso não são iguais/universais para todos.

- **Laços laborais menos estáveis** (os prof. auxiliares e ficam mais desprotegidos não tendo a *tenure*), todos os novos contratados terão menos direitos do que aqueles que já se encontram inseridos na carreira;

- A importância dada aos **aspectos pedagógicos** é **nula** ao permitir que professores possam ser contratados para o topo da carreira (catedráticos) sem nunca terem dado uma única aula.

## II. O *novo* ECDU:

→ O *novo* ECDU:

- O *novo* ECDU permitiu uma **avaliação de desempenho retroactiva** (2004 a 2008) ao contrário do que se passou em toda a Administração Pública.
- Docentes/investigadores continuam a **não ter o direito à progressão na carreira**, na observância de condições expressas, o que os continua a **impedir de contestar o congelamento de abertura de concursos** devido a dificuldades financeiras nas Instituições.
- Não está estabelecido o direito à avaliação ética e deontologicamente executada, o que impede os docentes de contestar juízos que os prejudiquem;

## II. O *novo* ECDU:

→ O *novo* ECDU:

- Deixam de existir as categorias profissionais de *assistente* e *assistente estagiário* (**para um ES com docentes “mais qualificados”?** art. 32/**convidados não doutorados**) é um falso pretexto para que não existam investigadores a fazer mestrados e doutoramentos recebendo um salário (são os mesmos a suportar os custos) e com a estabilidade laboral que lhes era dada pelo anterior ECDU;
- A **investigação** passa a ser a 1º prioridade dos docentes mesmo não havendo nada no ECDU (ou no RJIES) que assegure o **financiamento** da mesma (**OE 2012/ - 40% FCT**). **No actual enquadramento de financiamento da investigação há muito que as universidades perderam a autonomia científica** uma vez que não está assegurado financiamento que lhes garanta a possibilidade de promoverem a sua própria investigação (ex: patologias do 3º mundo);

## II. O *novo* ECDU:

→ O *novo* ECDU:

- Art. 6: não é aceitável a inclusão de Bolonha como princípio base do serviço dos docentes, e muito em especial a tese peregrina que estigmatiza o "**ensino baseado na transmissão de conhecimentos**" (não é preciso ter conhecimentos para desenvolver competências???)
- Art. 6: a liberdade académica de investigação está condicionada e o docente tem que propor “o quadro institucional que melhor se adequa ao exercício da investigação que deve desenvolver;
- **Provincianismo serôdio de Gago**: *boas práticas internacionais* (concursos internacionais, aulas do 1º ciclo em inglês?);

## II. O *novo* ECDU:

→ O *novo* ECDU:

- Por razões de ordem orçamental, todos sabemos que **não é credível admitir que, no prazo de 5 anos, 50% a 70% dos professores das universidades sejam associados ou catedráticos** (a não ser que se esteja a falar de um *outro* corpo universitário, bastante mais reduzido na sequência de medidas tomadas ao abrigo de "regimes de cessação, de reorganização de serviços e colocação de pessoal em situação de mobilidade especial" ....o que significa **precariedade laboral e despedimentos, sobretudo para os professores auxiliares**);

- Art. 65: **passando um atestado de menoridade aos professores** que são efectivamente aqueles que sabem da sua área académica e tentando **condicionar aquilo que se deve leccionar em cada unidade curricular através de terceiros** (*ataque à liberdade académica* – condicionamento dos conteúdos programáticos).

## II. O *novo* ECDU:

→ Da reforma de Cardia ao *novo* ECDU:

- O 25 de Abril e a Universidade como espaço amplo de liberdade democrática;
- O 25 de Novembro de 75 e a contra-revolução: a reforma de Cardia em 76 (estudantes e docentes gerem universidades);
- As exigências do *Banco Mundial*: o Ensino Superior de Curta Duração (profissionalizante) ou o sistema dual. O início da governamentalização do sector;
- O ECDU de 1979: o subinvestimento crónico e a investigação como parente pobre face ao ensino/formação;
- As 1as Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) em 1987: início do processo de subversão da estrutura e conteúdos das instituições;

## II. O *novo* ECDU:

→ Da reforma de Cardia ao *novo* ECDU:

- A carta de docentes e investigadores: denuncia de gastos de dinheiros públicos apelando a um apuramento via intervenção externa (acto deontologicamente mesquinho que desvia atenções do subinvestimento crónico);
- O controlo dos docentes em *rede* com a avaliação dos pares: o surgimento de uma oligarquia dominante;
- A legitimização das intervenções externas;
- Valente de Oliveira e a incompetência das Universidades e docentes para ver a sua actividade validada pela auto-avaliação;

**QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE,  
QUEM LUTA ÀS VEZES PERDE E OUTRAS GANHA...**

**Muito obrigada e vamos à luta!**